

**Exma. Senhora Presidente da  
Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa  
Deputada Teresa Leal Coelho**

### **Requerimento**

A Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa realizou nas últimas semanas um conjunto de audições sobre o recente pedido efetuado pelo Novo Banco ao Fundo de Resolução para uma injeção de cerca de 1.100 milhões de euros relativa ao mecanismo de capital contingente. Foram ouvidos o Ministro das Finanças, a Comissão de Acompanhamento, a Administração do Fundo de Resolução e a Administração do Novo Banco.

Estas audições permitiram confirmar que persiste um “banco mau” dentro do Novo Banco por força de uma resolução do BES reconhecidamente insuficiente e marcada por opções muito discutíveis e outras ainda por esclarecer.

Os ativos tóxicos transferidos do BES para o Novo Banco têm sido responsáveis por quase 6.000 milhões de euros de imparidades e, conseqüentemente, pelas injeções de quase 1.900 milhões de euros por parte do Fundo de Resolução.

As razões que explicam as imparidades e os prejuízos do Novo Banco têm origem na resolução do BES, mais concretamente na escolha dos ativos e passivos transferidos para o Novo Banco.

Afinal, o Novo Banco não foi o tal “banco bom” prometido pelo anterior governo PSD/CDS.

Sobre os ativos tóxicos subordinados ao mecanismo de capital contingente, o presidente da Comissão de Acompanhamento afirmou “eu sabia para o que vinha, e sabia que isto era mau. Não tinha ideia que fosse tão mau”.

Sobre a resolução do BES, o presidente do Fundo de Resolução disse “A resolução do BES está a ser feita a prestações. Não havia condições para fazê-la de uma só vez. Não havia recursos.”

Já o presidente do Novo Banco afirmou que a resolução do BES “Não foi preparada totalmente”, “Mas se separaram a família não separaram a family and friends” e que “A injeção inicial foi insuficiente”.

Há dias, a propósito da resolução do BES e da transferência dos ativos para o Novo Banco, Vitor Bento, ex presidente do BES e do Novo Banco, afirmou que “A avaliação dos ativos na altura foi mal feita” e que “Hoje é patente que o capital com que o banco foi dotado não era suficiente para o funcionamento”.

Os responsáveis pela resolução do BES foram o atual Governador do Banco de Portugal e os principais responsáveis do anterior governo PSD/CDS.



O Banco de Portugal foi responsável pela gestão do Novo Banco até à venda. Foi o Banco de Portugal quem dirigiu, conjuntamente com o Fundo de Resolução, por si tutelado, a venda do Novo Banco.

Entende o GPPS que é do máximo interesse público esclarecer com maior profundidade a informação e as afirmações que têm sido reveladas nas últimas semanas acerca: a) da deficiente resolução do BES, nomeadamente a transferência de ativos tóxicos para o Novo Banco que têm gerado milhares de euros de imparidades; b) da gestão do banco até à venda; c) do processo da venda.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PS vem requerer a audição do senhor Governador do Banco de Portugal na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

23 de março de 2019, Assembleia da República

Os Deputados

João Paulo Correia

Fernando Rocha Andrade